

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: *UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.19-56.

## **A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos\***

*Marly Silva da Motta*

Um tema sempre vem à baila quando se discute a situação atual da cidade e do estado do Rio de Janeiro: a fusão do estado da Guanabara com o Estado do Rio, implantada a partir de março de 1975. Passados mais de 25 anos, esse é um assunto que ainda hoje desperta acesos debates, como os verificados por ocasião do seminário promovido pelo CPDOC-FGV em maio de 2000.<sup>1</sup> Menos do que comemorar as “bodas de prata do casamento” entre as duas unidades da federação, o objetivo do seminário foi refletir sobre os significados e os sentidos de um evento inaugural como a fusão para a história do Rio de Janeiro.

Ao lado da apresentação de diferentes abordagens e da discussão de novas interpretações sobre o tema, foi reiterado, naquela ocasião, o consenso sobre o caráter autoritário que teria marcado a concepção e a implantação inicial da fusão. Somente um “poder político centralizador e tecnocrático”, como o do general Ernesto Geisel, teria conseguido o que até então fora impedido pelo jogo das forças políticas: a junção de duas unidades federativas que, apesar de próximas geograficamente, guardavam – e ainda guardam – profundas diferenças entre si. Esse “casamento na polícia”, cuja consumação teria sido garantida pela indicação de um militar – o almirante Faria Lima – para o governo do estado do Rio de Janeiro, acabaria por comprometer a integração entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio e, por consequência, o futuro desenvolvimento do novo estado. As propostas que vêm e voltam – o retorno da capital do país para o Rio de Janeiro, a des fusão, com a recriação da Guanabara, ou, ainda, a transformação da cidade em um “ente

---

\* Este texto é o resultado do projeto “Brasil em Transição: um balanço do final do século XX”, que integra o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX). O projeto tem o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas como instituição-sede e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF como instituição participante.

<sup>1</sup> Seminário *Estado do Rio de Janeiro, 25 anos de fusão: novo quadro político e perspectivas de desenvolvimento*, realizado na Fundação Getúlio Vargas, em 5 de maio de 2000.

federativo”<sup>2</sup> – seriam, nessa avaliação, sinais evidentes da possibilidade de um divórcio entre as partes.<sup>3</sup>

Em 1974, por ocasião da aprovação da Lei Complementar nº 20, havia uma percepção generalizada de que a fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio teria pelo menos três importantes desafios a enfrentar, e a vencer. O primeiro deles se ligava à junção, em uma mesma unidade federativa, de dois estados que eram muito diferentes em termos políticos e socioeconômicos. Um segundo se relacionava com a influência que o projeto “Brasil Grande” do presidente Geisel teria sobre a constituição e o futuro do novo estado. Já o último dizia respeito à capacidade do almirante Faria Lima, primeiro governador da fusão, de cumprir a “missão” que lhe fora confiada: garantir a integração dos dois estados. No entanto, o mais difícil desafio não foi então previsto: como a fusão reagiria às novas condições dadas pelas conjunturas políticas e econômicas que se seguiriam ao governo Geisel? É a análise desses desafios, e de como foram enfrentados, o objetivo deste trabalho.

### **Fusão: o desafio de juntar capital e província**

A coluna de Dora Kramer, publicada no *Jornal do Brasil* de 11 de novembro de 2000, tocou em um ponto particularmente delicado do governo Anthony Garotinho: trata-se do fato de ser ele o primeiro governador do Rio de Janeiro oriundo do interior, mais precisamente da cidade de Campos, situada no norte do estado. Para a jornalista, Garotinho, tal como o presidente Fernando Collor anteriormente, recairia em grave erro político ao imaginar que os “critérios da província” podem ser válidos para o Rio e para o Brasil.

A complexa relação entre “capital e província” e “centro e periferia” tem despertado a atenção de estudiosos como um dos elementos fundamentais para a compreensão dos processos de construção dos Estados nacionais modernos. Os trabalhos de Alain Corbin e de Maurice Agulhon<sup>4</sup> mostram que a análise da relação que ao mesmo tempo ligou e opôs Paris e a “province”, bem como daquela que definiu o relacionamento entre centro e periferia, expresso no equilíbrio entre centralização (jacobinos) e descentralização

---

<sup>2</sup> Ver, entre outros, Órfãos do Rio capital, *Jornal do Brasil*, 15/9/1992 (Revista *Domingo*); Nosso sonho é ser Distrito Federal, *Jornal do Brasil*, 16/6/1992; Movimento pela des fusão ganha mais força, *Jornal do Brasil*, 5/3/1995; Rio pede tratamento VIP a Brasília, *Jornal do Brasil*, 23/1/1997.

<sup>3</sup> Motta (2000 a).

<sup>4</sup> Corbin (1992) e Agulhon (1992).

(girondinos), abre novas possibilidades de entendimento das transformações políticas ocorridas na França.

No caso específico do Rio de Janeiro, a questão da “provincianização” do governo estadual, nunca antes ocupado por um “político do interior”, se torna mais importante na medida em que ainda hoje são acentuadas as diferenças entre a cultura política<sup>5</sup> e o campo político<sup>6</sup> da capital – o município do Rio de Janeiro – e aqueles do resto do estado, que corresponde ao antigo Estado do Rio. Cidade-capital do Império e da República, o Rio de Janeiro construiu sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade.<sup>7</sup> Desse modo, se parece natural que o que vale para o Rio vale para o Brasil, o mesmo não aconteceria para Campos, ou seja, para a “província”.

É sabido que a idéia de unir a cidade do Rio de Janeiro ao estado do mesmo nome sempre esteve muito ligada aos eventos da conjuntura política. Foi assim em 1889, quando a República abriu a perspectiva de uma possível mudança da capital para uma região no Planalto Central, tanto que uma das propostas debatidas na Constituinte de 1891 foi que, no caso da efetivação dessa transferência, o Município Neutro do Império viesse a se fundir com a “Velha Província”. O projeto de fusão voltaria à baila, sem sucesso, em duas outras Constituintes, a de 1934 e a de 1946. Em ambas as Constituições, foi previsto que, após a transferência da capital para o interior, a cidade do Rio de Janeiro se transformaria em estado autônomo.<sup>8</sup>

A conjuntura dos anos 50 foi mais favorável à fusão, uma vez que a mudança da capital acabou por se tornar irreversível a partir de 1958. Considerada uma “matéria tormentosa”,<sup>9</sup> a definição do futuro da cidade do Rio de Janeiro acabou sendo o principal ponto do debate parlamentar que se estendeu pelos primeiros meses de 1960. A possibilidade de fusão com o Estado do Rio se apresentou através da Emenda Menezes Côrtes, que previa a realização de um plebiscito em que os eleitores cariocas e fluminenses

---

<sup>5</sup> Entenda-se *cultura política* como um sistema de representações que, fundado sobre determinada visão de mundo e leitura do passado histórico, e expresso através de discursos, símbolos e rituais, orienta e define formas e padrões de atuação política. Berstein (1997 e 1999).

<sup>6</sup> Uso o conceito de *campo político* tal como entendido por Pierre Bourdieu (1990:164).

<sup>7</sup> Tomo de empréstimo os conceitos de cidade-capital e de *capitalidade* tais como desenvolvidos por Giulio Argan (1964). No Brasil, esses conceitos foram divulgados pela historiadora Margarida de Souza Neves (1991). Sobre o processo de construção da cidade do Rio de Janeiro como cidade-capital do Império e da República, ver Motta (1997 a).

<sup>8</sup> Ferreira e Grynszpan (2000).

poderiam optar pela formação do estado do Rio de Janeiro. Por falta de entendimento político suficientemente forte para sustentar a aprovação de uma emenda constitucional, prevaleceu a fórmula tradicional, prevista constitucionalmente, que transformava o ex-Distrito Federal em estado da Guanabara.<sup>10</sup>

Transformada em cidade-estado, sem municípios – portanto, um ente federativo muito especial – a Guanabara conservou a maior parte das funções de principal centro político do país, tornando-se o que se pode chamar de *estado-capital*.<sup>11</sup> Desse modo, se em termos legais a transferência da capital se deu em 1960, o processo de esvaziamento de alguns signos da *capitalidade* da cidade do Rio de Janeiro só iria ocorrer dez anos depois, acompanhado, como não podia deixar de ser, de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, dos atributos e das atribuições de uma capital de fato.

Longe de ver nessa atitude a intenção do governo militar de “acabar com o tradicional ímpeto oposicionista da cidade”, consideramos que a mudança efetiva de capital costuma representar, na história das nações, um momento de transformação histórica.<sup>12</sup> O fechamento do regime a partir de 1968 apontou para um processo de investimento na *capitalidade* de Brasília. Não foi por acaso que durante o governo do general Médici (1969-1974) se deu a transferência dos principais órgãos decisórios do Estado para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado “Forte Apache”, edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída a Brasília.

Ao mesmo tempo, o início dos anos 70 marcou a emergência de um conjunto de fatores favoráveis à transformação da Guanabara de *estado-capital* em “mais um estado” na federação, dos quais podem ser especialmente destacados a concepção que o governador Chagas Freitas (1971-75) tinha da atividade política. Mais à vontade na estruturação do poder local do que na ocupação de espaços no panorama nacional, o qual, aliás, naquele momento se encontrava em grande medida vedado aos políticos, o estilo político de Chagas

---

<sup>9</sup> Motta (1997 b:162).

<sup>10</sup> Motta (1997 b:162-4).

<sup>11</sup> Motta (2000 c).

<sup>12</sup> Ver, entre outros, Berman (1986: cap.IV); Holston (1993); Lopes (1992); Vesentini (1986).

Freitas pesou muito nessa nova concepção da Guanabara como um estado federado. Dessa forma, o projeto de transformar a Guanabara em “uma unidade madura” respondia às expectativas de gregos e troianos: do regime militar, interessado em retirar da Belacap os atributos de capital e em transferi-los para a Novacap; e do governador Chagas Freitas, voltado para a tarefa de estadualizar a Guanabara.<sup>13</sup>

Se para a aprovação da lei da fusão – Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974 – pesou uma série de argumentos já apresentados em épocas passadas – o alegado esvaziamento da economia carioca; a intenção, calcada na geopolítica, de formar um estado forte no centro-sul para contrabalançar com São Paulo e Minas Gerais, entre outros –, é certo que foi a conjuntura favorável o elemento mais decisivo. Por um lado, porque os mecanismos autoritários à disposição do regime militar facilitavam a composição política necessária à aprovação de matéria tão “tormentosa”. Por outro, porque o governo do general Geisel se iniciou em março de 1974 com um projeto para o país que incluía, ao mesmo tempo, um plano de desenvolvimento que viria a ficar conhecido como “Brasil Grande” e uma proposta de distensão política do regime. A rapidez do andamento do processo da fusão parece ser um bom indicativo dessas condições favoráveis da conjuntura: Geisel tomou posse em 15 de março e, logo no mês seguinte, divulgou sua decisão de fazer a fusão, cujo projeto, enviado ao Congresso em junho, foi aprovado no primeiro dia do mês seguinte.

### **Fusão: o desafio de equilibrar a federação**

Conhecido como o período “pós-milagre”, o governo Geisel se iniciou sob o impacto da primeira crise do petróleo, ocorrida no final de 1973, e que teve como resultado a quadruplicação dos preços do produto. Apesar da posição defendida por alguns ministros, como Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, em favor de uma “política contracionista” – uma “pequena recessão”, diziam alguns – Geisel acabou optando pelo “crescimento”, como ele mesmo justificou posteriormente: “Porque os Estados Unidos e a Alemanha entraram em recessão, o Brasil também vai entrar? Não! (...). Entrar na recessão é fácil, sair dela é o problema.”<sup>14</sup> Essa “opção pelo crescimento”, que ganhou forma através do II Plano

---

<sup>13</sup> Motta (2000 b)

<sup>14</sup> D’Araújo e Castro (1997:300).

Nacional de Desenvolvimento (II PND), significava, antes de tudo, “aumentar a produção nacional”, o que implicava incentivo, por meio de diferentes formas – subsídios, renúncia fiscal, entre outras –, ao robustecimento e à diversificação do parque industrial sediado no país. Era o projeto do “Brasil Grande” em marcha.<sup>15</sup>

Existem variadas interpretações sobre a importância estratégica da fusão para esse projeto do governo Geisel. Podemos começar por aquelas de caráter geopolítico e econômico, valendo-nos, mais uma vez, do depoimento do ex-presidente, em que revelou sua preocupação em atuar sobre a “divisão administrativa do país”, registrando, por um lado, a necessidade de “fracionamentos” no caso de estados grandes, como Mato Grosso, Amazonas, Pará, Bahia e Minas Gerais. Em direção oposta, se situava o estado da Guanabara, avaliado por ele como uma “aberração”, já que, embora sendo “apenas uma grande cidade”, desfrutava da “mesma posição política dos outros estados”.<sup>16</sup>

A preocupação com o problema dos desequilíbrios regionais no processo de desenvolvimento nacional, bem como sua ligação com a questão da fusão, estiveram presentes no discurso do ministro Reis Velloso, principal artífice do II PND:

A idéia que orienta a fusão não é de juntar duas coisas inviáveis para se alcançar uma terceira viável. O que se pretende é reunir duas economias e potencialidades perfeitamente viáveis para a criação de um **pólo de desenvolvimento** de grandes dimensões, **como o de São Paulo**, dentro da política de diversificar os pólos industriais, tendo em vista o objetivo de diminuir os desequilíbrios regionais.<sup>17</sup>

A fusão da Guanabara com o Estado do Rio seria, assim, a primeira medida da ação governamental no intuito de interferir no equilíbrio federativo, como ficou evidente na Exposição de motivos que precedeu o encaminhamento da Lei Complementar nº 20. Por um lado, reforçou a proposta das regiões metropolitanas – criadas um ano antes da fusão pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 – como principal elemento dinâmico da federação, na medida em que buscava uma maior integração intermunicipal através da eliminação das barreiras político-institucionais que separavam o núcleo da região – no caso, a cidade do Rio de Janeiro – dos 13 municípios, *grosso modo* chamados de Grande

---

<sup>15</sup> D’Araújo e Castro (1997:290). Para uma análise da política econômica do governo Geisel, ver Carneiro (1989).

<sup>16</sup> D’Araújo e Castro (1997:384).

<sup>17</sup> Reis Velloso citado por Brasileiro (1979:105).

Rio, que se situavam no Estado do Rio. Por outro, consolidou um “pólo de desenvolvimento poderoso no Rio de Janeiro” ao criar um estado que poderia vir a dividir com “São Paulo a liderança do quadro nacional”.<sup>18</sup>

A institucionalização das regiões metropolitanas, que cresceram muito em função do modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir principalmente dos anos 50, alcançou *status* de prioridade nacional 20 anos depois. A consolidação dessas regiões inseriu-se no projeto do governo Geisel como uma solução para a insuficiência da estrutura político-administrativa calcada nos limites municipais, a qual não possuía a flexibilidade e a agilidade necessárias para atender às demandas de milhões de pessoas que viviam concentradas nas grandes áreas metropolitanas.

A integração política entre os dois estados era, assim, vista como a fórmula institucional para se realizar a integração econômica, que teria como conseqüência a consolidação do pólo econômico do Rio de Janeiro, com efeitos positivos para a economia nacional como um todo. Para viabilizar o desenvolvimento industrial regional, carro-chefe do “Brasil Grande”, o II PND defendia a tese dos complexos industriais,<sup>19</sup> que era, não por acaso, a base da argumentação técnica dos empresários cariocas reunidos na Fiega (Federação das Indústrias do Estado da Guanabara) em favor da fusão – a constituição do complexo industrial fluminense aparecia como um elemento fundamental para que a região pudesse competir com São Paulo:

Se analisamos, por exemplo, a expansão industrial em São Paulo, verificamos que o seu avanço ocorreu como uma mancha de óleo, ou seja, ocorreu na cidade de São Paulo e depois foi para a região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) e depois Diadema. Se formos procurar o mesmo fenômeno no Rio de Janeiro através dos censos do IBGE, verificar-se-á a fraqueza dessa “mancha de óleo” em direção aos municípios vizinhos da cidade do Rio de Janeiro.<sup>20</sup>

Sobre o desempenho da economia carioca e sua influência no processo de decisão da fusão, há duas grandes linhas interpretativas. De um lado, existe a tese, de certa maneira exposta acima, de que o desenvolvimento da Guanabara teria batido no teto em função dos limites impostos pela divisão territorial. Sua “mancha industrial” seria “fraca” em função

---

<sup>18</sup> Brasileiro (1979:99).

<sup>19</sup> Evangelista (1998:102).

<sup>20</sup> João Paulo de Almeida Magalhães citado por Evangelista (1998:101).

das barreiras territoriais que impediam o avanço pelo espaço fluminense. Com a fusão, a “mancha” poderia se espalhar sem empecilhos.

Há, ainda, a idéia, muito difundida, de que a economia da Guanabara encontrava-se “esvaziada”, e que essa seria uma das razões pelas quais o pequeno estado passara a ser “inviável”, tornando, pois, “inevitável” o processo da fusão. A questão do esvaziamento econômico e, portanto, da “inviabilidade” da Guanabara se transformou no principal mote da discussão entre defensores e detratores da fusão.<sup>21</sup> Uma simples consulta aos dados estatísticos não é suficiente, no entanto, para dirimir a dúvida se a Guanabara estava ou não “esvaziada”. É certo que os dados de longo prazo, como se pode facilmente verificar pelas tabelas abaixo, registravam um declínio relativo da economia carioca no quadro nacional, em especial frente a São Paulo.

**Tabela 1: Participação percentual na produção industrial do Brasil**

Anos	DF/GB	RJ	SP
1940	21,7	4,1	38,2
1950	13,4	5,8	46,4
1960	8,4	7,1	54,3
1970	9,3	7,4	55,9

Fonte: Fiega (1969:12)

**Tabela 2: Participação percentual na renda interna do Brasil**

Anos	DF/GB	RJ	SP
1949	14,5	4,6	34,3
1959	12,5	4,9	35,0
1970	11,0	5,0	36,0

Fonte: Fiega (1969:12)

Já os balanços econômicos referentes ao período entre 1972 e 1974 registravam a recuperação da economia carioca, que se beneficiou dos efeitos do chamado “milagre econômico” que marcou a economia brasileira nos primeiros anos dessa década. Os dados do IDEG mostram que o setor industrial da Guanabara, por exemplo, cresceu, nesse período, a uma média de mais de 9%, resultado, em boa medida, da grande expansão dos recursos destinados ao financiamento da produção, principalmente através da Finame e da

<sup>21</sup> Para um bom exercício entre argumentos pró e contra a fusão, ver Motta e Sarmiento (2001).

Copeg.<sup>22</sup> No final de 1974, havia em relação à economia carioca expectativas de aumento da produção e da demanda, bem como de uma relativa estabilidade do nível de emprego.

Menos polêmica, porém igualmente interessante, era a questão da integração das duas economias – a carioca e a fluminense –, que apresentavam níveis diferentes de desempenho em relação aos diversos setores econômicos. Ao invés da conclusão simplista de que a Guanabara deveria ser a cabeça, e o Estado do Rio, as pernas, a situação do novo estado no quadro econômico era, em termos concretos, o seguinte: a Guanabara apresentava índices de participação no PIB duas vezes superiores aos do Estado do Rio; participava em três vezes mais do que ele no valor da produção do setor de serviços; perdia, de longe, na produção agrícola e ganhava, pouco, na produção industrial.

**Tabela 3: Valor da produção (1973)**

(em Cr\$ milhões de 1973 e %)

	GB		RJ		Brasil	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pr. agrícola	506	0,8	2.899	4,2	69.767	100,0
Pr. industrial	7.683	7,1	6.297	5,8	108.501	100,0
Pr. serviços	29.018	13,9	9.726	4,7	203.684	100,0
PIB	37.207	9,7	18.922	4,9	386.952	100,0

Fonte: Brasileiro (1979:34)

Para fechar o quadro de interpretações sobre a importância estratégica da fusão para o projeto do governo Geisel, há que se destacar a concentração, no Rio de Janeiro, de grandes projetos, de importantes centros de pesquisa e de comandos militares estratégicos. Iniciado com a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha em 1975, o projeto nuclear brasileiro tinha nesse estado o principal centro de sua implantação, uma vez que, além do já existente Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN), abrigaria ainda a Nuclebrás e as três primeiras usinas nucleares a serem instaladas no país (em Angra dos Reis). Também aqui se combinava a existência de comandos militares de grande importância – como o Comando Leste e áreas estratégicas da Marinha – com grandes centros de pesquisa e ensino, civis e militares: além do CNEN, o Cenes (Petrobras), o Cepel (Eletrobrás), a

<sup>22</sup> Em 1972, os financiamentos da Finame e da Copeg cresceram 154% e 112%, respectivamente. Brasileiro (1979:31-3).

COPPE, a Aman, a Escola Naval, entre outros. Como bem observa Evangelista, deve-se pensar a fusão dentro de um projeto de constituição de um complexo industrial-militar no novo estado.<sup>23</sup>

Se parece clara a relação entre a crescente autarquização do Brasil, através da aceleração do processo de substituição de importações, e a constituição de um forte pólo de desenvolvimento no centro-sul com a criação do estado do Rio de Janeiro, o mesmo não se dava no âmbito da política, onde as relações de causa e efeito costumam ser bem mais sutis e delicadas. De todo modo, aqui também cabe a pergunta: qual a importância estratégica da fusão para o projeto político do governo Geisel, cuja meta era a distensão do regime e a abertura política?

Apesar de rejeitarmos, mais uma vez, a tese de que a fusão teve como objetivo principal golpear o MDB carioca – único a exercer o governo estadual com Chagas Freitas –, o fato de o futuro município do Rio de Janeiro ser a área mais dinâmica da política do novo estado trazia alguns problemas para os arquitetos da fusão, que consideravam importante para o projeto da abertura construir um certo equilíbrio político naquele que se transformaria no segundo mais poderoso estado da federação.

Como vimos, o projeto do regime militar de retirar os signos da *capitalidade* do Rio de Janeiro se casou com o investimento na estadualização da Guanabara, o que acabou sendo um dos elos que uniram Chagas Freitas ao presidente Médici, cujo ministro do Exército, Orlando Geisel, era amigo do governador carioca. Com a fusão, essa política de esvaziamento do Rio de Janeiro como a tradicional vitrine do Brasil poderia – e deveria – se acelerar, na medida em que, apenas como “um município como outro qualquer”, seria possível à cidade se integrar ao novo estado do Rio de Janeiro.

No entanto, essa integração, fundamental para o projeto de Geisel, teria que enfrentar algumas dificuldades, a começar pelo forte componente nacionalizador da identidade política carioca, ainda sustentada pela imagem de ser a “caixa de ressonância” do país. O fato de ter perdido, sucessivamente, o estatuto de capital federal e de estado federado foi sentido por boa parcela da população carioca como uma “punhalada”, e a

---

<sup>23</sup> Evangelista (1998:236).

fusão percebida como uma iniciativa que visava a “esvaziar” a densidade política da cidade.<sup>24</sup>

Um outro problema seria a divisão de competências e atribuições entre as esferas federal – herança dos tempos em que o Rio de Janeiro fora Distrito Federal –, estadual – espólios dos “falecidos” Estado do Rio e Guanabara –, e municipal – a criação do novo arcabouço político-jurídico do município do Rio de Janeiro.

Finalmente, um terceiro fator complicador residia nos ajustes necessários para equilibrar o novo quadro político fluminense. Apesar de o MDB ser o partido majoritário na representação parlamentar eleita em 1974 em ambos os estados, esse predomínio tinha matizes diferentes: era gritante na Guanabara e discreto no Estado do Rio, onde a Arena, inclusive, controlava a maioria das câmaras municipais e das prefeituras eleitas em 1972, como podemos ver nas tabelas abaixo:

**Tabela 4: Representantes políticos eleitos em 1974**

	Guanabara		Estado do Rio	
	MDB	Arena	MDB	Arena
Senador	1	-	1	-
Dep. federal	18	6	13	9
Dep. estadual	36	12	27	19

Fonte: Brasileiro (1979:135)

**Tabela 5: Resultados das eleições municipais de 1972 no Estado do Rio**

	Arena	MDB
Prefeitos	47	12
Vereadores	558	275

Fonte: Brasileiro (1979:133)

A par essa diferença na tendência do eleitorado – o carioca era mais opositorista que o fluminense –, o ponto crítico da integração político-partidária dos dois estados residia na disputa entre o ex-governador carioca Chagas Freitas e o senador fluminense Amaral Peixoto pelo controle do MDB do novo estado.<sup>25</sup> Se a integração e o equilíbrio político e

<sup>24</sup> Sobre a percepção de perda da cidade do Rio de Janeiro com a fusão, ver Motta (2000 a).

<sup>25</sup> Sobre as carreiras políticas de Chagas Freitas e Amaral Peixoto na cidade e no estado do Rio de Janeiro, ver, respectivamente, Sarmento (1999) e Camargo, Hippolito, D’Araújo e Flaksman. (1986).

econômico entre a Guanabara e o Estado do Rio eram fundamentais para o processo de constituição do estado do Rio de Janeiro, a questão era: como tornar complementares identidades políticas e econômicas diferentes, e, em alguns casos, conflitantes?

### **Fusão: a missão de Faria Lima**

É lícito supor que a idéia dos arquitetos da fusão de colocar no governo do novo estado um nome sem sintonia no presente e, sobretudo, no passado da política carioca se relacionou com a expectativa de construir o novo estado sem o “peso” desse passado. Embora não seja o único fator explicativo para a indicação do almirante Faria Lima – é ele próprio quem aventa a hipótese de que o queriam fora da presidência da Petrobras –, a verdade é que seu perfil – militar de corte técnico, avesso à política<sup>26</sup> – se afinava com o projeto de integração da cidade do Rio de Janeiro ao estado, primeiro, e indispensável, passo para a inserção dessa nova unidade no quadro federativo.

A intenção evidente de colocar no comando do novo estado um “governador que não fosse político” transparece nos vários depoimentos sobre o assunto, a começar pelo do próprio Faria Lima, que assim narra a “convocação” feita pelo general Geisel:

Por volta de julho ou agosto de 74, eu estava presidindo uma reunião do Conselho de Administração da Petrobras, quando recebi ordens para ir imediatamente a Brasília. No aeroporto, estava me esperando o Humberto Barreto, secretário particular do general Geisel (...). Fomos então para sua casa, onde já estava o Shigeaki Ueki, ministro das Minas e Energia. Durante o jantar, os dois me disseram que eu era o único do grupo do general Geisel que não tinha sido promovido, porque continuava na presidência da Petrobras. **Queriam que eu aceitasse um cargo político, mas eu relutava, porque nunca fui político.**

Depois do jantar, fui ao encontro do presidente Geisel; só então soube do que se tratava: ele praticamente me convocou para ser o governador do novo estado. Disse-me ele: “Eu tinha vários candidatos, mas não tem jeito, vai ser você.” Falava-se muito no deputado Célio Borja, que trabalhou bastante pela fusão; falava-se ainda no Golbery, no ministro Armando Falcão, em muitos outros (...). Ele disse que precisava de uma pessoa de prestígio e que cumprisse a legislação. **Segundo, precisava de um governador que não fosse político.** Portanto, desde o início, o deputado Célio Borja e o ministro Falcão estavam excluídos das suas cogitações (...). Não sei se ele queria a mim ou se queria afastar outros pretendentes. Ou, ainda, se me queria fora da Petrobras.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Para a carreira de Floriano Peixoto Faria Lima, ver Motta e Sarmiento (2001:27).

Entendida a fusão como uma operação estratégica dentro do projeto mais amplo do presidente Geisel, ao seu primeiro governador caberia a “missão” de promover a integração dos dois estados. Nesse sentido, não é difícil entender o porquê da exclusão de “pretendentes políticos” para ocupar o cargo. Em primeiro lugar, há que se levar em conta as elevadas apostas que estavam sendo feitas pelo controle de um espaço tão valorizado politicamente como era o novo estado. Além dos nomes citados explicitamente por Faria Lima – Golbery do Couto e Silva, Armando Falcão e Célio Borja –, havia ainda outros cogitados, como Ney Braga e Reis Velloso,<sup>28</sup> em uma clara indicação do envolvimento do alto escalão político na disputa.

No entanto, a escolha por qualquer uma dessas figuras apontaria a opção por um determinado perfil para o novo estado que talvez não se coadunasse com o objetivo maior de promover a integração e o equilíbrio político entre duas regiões tão distintas. No caso da indicação de Célio Borja, por exemplo, estaria explicitada a decisão de investir no fortalecimento da Arena fluminense a partir da matriz da UDN carioca. Mesmo negando que estivesse interessado em promover o “retorno de qualquer grupo”, Célio reconhecia que a idéia da volta do udenismo era “sedutora”.<sup>29</sup>

A decisão de não se colocar um político da antiga UDN carioca no comando do Rio de Janeiro se ligou, a meu ver, a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, havia o objetivo tático de “partir do zero” para construir o novo estado, o que demandava afastar figuras e tradições que se relacionassem ao passado da área mais dinâmica politicamente, a cidade do Rio de Janeiro. E, sobretudo, existia a preocupação de que a indicação de um “político” elevasse ainda mais o já elevado nível de turbulência da política fluminense em função da disputa entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto pela hegemonia do MDB-RJ.

A percepção dos idealizadores e implementadores da fusão era, portanto, de que a política seria um empecilho para a execução de um “bom governo” e, por conseqüência, colocaria em risco o sucesso de uma importante iniciativa do início da administração Geisel. A fusão deveria ser encarada, bem ao gosto dos militares, como uma “missão”, cujo sucesso dependeria da ação do “comandante”, que não poderia ser um político, uma vez

---

<sup>27</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmento (2001:29-30) (grifos nossos).

<sup>28</sup> *Célio Borja* (1998:240)

<sup>29</sup> *Célio Borja* (1998:244)

que não deveria ter amarras no passado, compromissos no presente e nem expectativas para o futuro.

Faria Lima procurou seguir, desde o início e ao pé da letra, os mandamentos do “governador da fusão”, empenhado, portanto, em eliminar possíveis obstáculos ao processo de integração dos dois estados. No tocante às amarras do passado, procurou se manter distante de importantes e tradicionais lideranças políticas cariocas e fluminenses. Na área dos arenistas, com Célio Borja, eleito presidente da Câmara em 1975, a conversa emperrou;<sup>30</sup> com Sandra Cavalcanti, que reivindicava a liderança do governo na Assembléia Legislativa, o conflito foi explícito.<sup>31</sup> Com os emedebistas, a relação foi igualmente distante, embora distinguisse o senador Amaral Peixoto, “companheiro da Marinha”, com quem chegou a ensaiar uma tentativa de articular a própria sucessão.<sup>32</sup> Já os contatos com Chagas Freitas, seu antecessor na Guanabara, eram feitos por intermédio do ex-ministro Orlando Geisel, a quem recorreu, com sucesso, para conseguir o apoio da forte bancada chaguista durante a votação da nova Constituição estadual.<sup>33</sup>

Se a aproximação com “políticos do passado” foi rejeitada em nome de uma pretensão, bastante idealizada, de se construir o estado do Rio de Janeiro a partir de “novas bases”, a perda de sustentação política resultante dessa decisão não foi compensada pela montagem de uma rede de apoios ao governo formada por políticos “novos”, especialmente aqueles eleitos a partir de 1970. Desse modo, Faria Lima deixava claro que não só queria romper os vínculos com o passado, como se recusava a estabelecer compromissos políticos no presente, os quais, em sua avaliação, poderiam implicar o fracasso de sua “missão”. Em resumo: as artes da política e a execução da fusão pareciam não combinar muito bem.

É unânime o coro de declarações de contemporâneos e de depoimentos posteriores de políticos e jornalistas sobre o “caráter apolítico e apartidário” do governo de Faria Lima.<sup>34</sup> O anúncio em 1º de março de 1975 de um secretariado eminentemente técnico e apolítico foi o tema do editorial do *Jornal do Brasil*, sugestivamente intitulado “Governo

---

<sup>30</sup> Ver em Motta e Sarmiento (2001:32) e em *Célio Borja* (1998:240-2)

<sup>31</sup> Motta e Sarmiento (2001:43).

<sup>32</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmiento (2001:52)

<sup>33</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmiento (2001:44)

<sup>34</sup> Ver os depoimentos de Célio Borja, Saramago Pinheiro, Hamilton Xavier, Paulo Duque, Erasmo Martins Pedro, na série *Conversando sobre Política*. Ver também as entrevistas dos jornalistas políticos contidas no livro *Crônica política do Rio de Janeiro*.

tem equipe apartidária”. Nele, o articulista destacava que as indicações feitas deveriam ser entendidas como uma demonstração de que o governador pretendia conduzir, ele próprio, todos os contatos políticos de sua administração. Observava, ainda, que nenhum dos secretários devia sua indicação a políticos, mesmo porque estes não teriam tido qualquer influência no processo de escolha.

Bastante fiel à idéia de que, “se se metesse em política, não faria um bom governo”,<sup>35</sup> Faria Lima se empenhou em formar uma equipe de trabalho – aí incluído o secretariado –, cujos critérios de escolha, como ele mesmo admite, foram “pessoais”, no sentido de que não estavam ancorados em compromissos políticos imediatos.<sup>36</sup> Apenas para ilustrar, vale a pena reproduzir o trecho do depoimento do ex-governador sobre as “pressões políticas” que sofreu em relação à nomeação do secretariado:

No início sofri pressão do Álvaro Vale: queria ser secretário de Educação, queria ser uma porção de coisas. Desfiz educadamente suas pretensões, mas tenho cartas suas, de Paris, fazendo indicações para quase toda a Secretaria de Educação.<sup>37</sup>

Resistindo a uma possível “arenização” do governo, o que, certamente, o forçaria a se envolver nos conflitos partidários, Faria Lima retardou seu ingresso na Arena, e nem mesmo indicou o líder do governo na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, comprando briga com a deputada Sandra Cavalcanti, importante liderança da UDN da antiga Guanabara, que, apesar de suas manifestações em contrário, reivindicava o cargo.<sup>38</sup>

Essa recusa do governador de assumir uma posição política mais efetiva era avaliada pela imprensa como um elemento que poderia dificultar a consecução do principal objetivo da fusão: a estruturação do novo estado. O editorial “Fusão política”, publicado no *Jornal do Brasil* de 20 de abril de 1975 – pouco mais de um mês da posse de Faria Lima – ao mesmo tempo em que alertava que a fusão deveria exceder “os limites de uma operação técnica e burocrática”, cobrava de Faria Lima o exercício de uma liderança mais ativa no sentido de ocupar o espaço político “vago”. Dois dias depois, foi a vez do influente jornalista Carlos Castello Branco bater na mesma tecla: embora tivesse que “engolir

---

<sup>35</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmiento (2001:43).

<sup>36</sup> Sobre o processo de escolha dos secretários, ver Motta e Sarmiento (2001: 38-41).

<sup>37</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmiento (2001:43).

<sup>38</sup> Sandra assegura que não foi, não é e não será líder do governo, *Jornal do Brasil*, 20/4/1975.

sapos”, o governador não poderia “se escusar da obrigação de assumir o comando político de um estado que se está compondo sob suas mãos”.<sup>39</sup>

O recado não poderia ser mais claro, e dizia respeito ao concreto da disputa entre Chagas Freitas e Amaral Peixoto pelo controle da política fluminense. De fato, ao longo de 1975, o conflito aberto entre os dois caciques se desenvolveria em vários *rounds*, desde o “desligamento” de Chagas Freitas do partido em um primeiro momento de ofensiva dos amaralistas, até o revide chaguista representado pela vitória obtida na convenção realizada em 18 de janeiro de 1976 com o objetivo de eleger os 45 membros do diretório estadual, responsável pela indicação da comissão executiva: a chapa de Chagas Freitas obteve 433 votos contra 415 dados aos amaralistas, conseguindo eleger para o diretório 23 representantes contra 22.<sup>40</sup>

Não é difícil concluir que, dispondo dos poderes que lhe foram conferidos, Faria Lima poderia vir a ser um elemento ativo dessa trama, que foi pautada por artimanhas e malabarismos políticos de variado teor. O governador, no entanto, não se envolveu na disputa que rachava o partido de oposição entre amaralistas e chaguistas. Isso apesar da simpatia confessa pelo “comandante” Amaral Peixoto, associada às tentativas que este empreendeu no intuito de formar uma base política composta pelos setores moderados da Arena e pela ala do MDB que lhe era fiel, com o objetivo evidente de unir forças para derrotar Chagas Freitas e consolidar um novo arranjo político no estado.

Esse movimento do MDB amaralista em “apoio” à administração Faria Lima cresceu em maio de 1975, já que, no dia 8, Chagas Freitas havia pedido seu desligamento do partido,<sup>41</sup> embora não tivesse representado, na prática, seu afastamento do posto de liderança máxima da seção carioca do MDB.<sup>42</sup> Essa indefinição sobre o possível vitorioso no conflito pelo controle do MDB fez aumentar a possibilidade de que pudesse se viabilizar um bloco de coalizão ao governo. Sabemos que, em época de incerteza, o melhor lugar para os políticos ficarem é à sombra protetora do governo, ainda mais com os recursos de poder de que dispunha o todo-poderoso governador da fusão.

---

<sup>39</sup> Castello Branco, Capacidade de engolir sapos, *Jornal do Brasil*, 22/4/1975.

<sup>40</sup> Ferreira (1999:179).

<sup>41</sup> Ver A coalizão ganha mais adeptos, *O Fluminense*, 6/5/1975.

<sup>42</sup> Ver *Paulo Duque* (1998:126) e *Erasmio Martins Pedro* (1998:162).

Um conjunto de fatores pode explicar a distância que Faria Lima manteve da disputa que envolvia os dois mais importantes políticos do estado que comandava. A começar pelo seu estilo pessoal, pouco afeito ao jogo das articulações e negociações políticas, por ele visto como algo intrinsecamente ruim. Ainda mais que o conflito Chagas x Amaral guardava armadilhas perigosas para o processo de distensão política projetado pelo governo Geisel, uma vez que, embora Amaral Peixoto fosse mais palatável com vistas a uma aliança a nível local, era apoiado nacionalmente pela ala mais esquerda do MDB, o chamado “grupo autêntico”. No novo estado do Rio de Janeiro, a política não era coisa para amador, e um passo em falso poderia comprometer o andamento da abertura lenta e gradual anunciada pelo regime. Para o governador fluminense, o melhor era seguir o manual da fusão: para integrar dois estados politizados, nada como se manter afastado dos “perigos” da política.

Todo esse empenho em se apartar das querelas da política não livrou, no entanto, Faria Lima de ter de lidar com problemas dessa natureza dentro do seu próprio governo. O mais importante deles foi a indicação de Marcos Tamoyo para o cargo de prefeito da capital, o município do Rio de Janeiro, área politicamente mais sensível do novo estado. Sobre esse assunto, os depoimentos de Faria Lima, de Ronaldo Costa Couto (secretário de Planejamento) e de Balthazar da Silveira (secretário de Governo) ressaltam o fato de ser ele um nome “do Rio de Janeiro” e, sobretudo, de ter o aval do general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Geisel.<sup>43</sup>

O depoimento de Ronaldo Costa Couto, no entanto, lança luz sobre alguns outros aspectos do processo decisório que acabou desembocando na indicação de Tamoyo:

Surgiu o nome de Jaime Lerner, que tinha se destacado como prefeito de Curitiba (...). Contra, naquele momento, tinha o fato de não ser carioca. Conversei com o governador Faria Lima, que relutou, pois queria um nome carioca, embora não tivesse compromisso com ninguém (...). O Lerner esteve no Rio e começou a se informar sobre as questões municipais e metropolitanas. Reuniu-se comigo e com os grupos de trabalho, conheceu o governador (...). Aí deu Marcos Tamoyo, cujo pai, militar, tinha sido amigo do general Golbery. O Tamoyo tinha a simpatia e o apoio de muitos empresários, principalmente os da construção civil.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Ver depoimento de Faria Lima em Motta e Sarmento (2001:49).

<sup>44</sup> Ronaldo Costa Couto citado em Motta e Sarmento (2001:117-8).

Já a ênfase dada por Balthazar da Silveira à admiração que o governador tinha “pela obra do Lacerda e por vários de seus auxiliares” – Tamoyo teria vindo por “essa linha”<sup>45</sup> – reforça a idéia de que haveria o intuito de se colocar no comando político-administrativo da capital do estado um nome que, diferentemente do governador e da maioria dos seus secretários, aí tinha desenvolvido uma trajetória política anterior. Além de ter ocupado a importante secretaria de Obras do governo Carlos Lacerda, Marcos Tamoyo fora membro do MDB carioca desde 1969. Nesse partido, inclusive, chegou a empreender articulações no sentido de ser o sucessor de Negrão de Lima no governo da Guanabara em 1970, mas acabou suplantado por Chagas Freitas.<sup>46</sup>

A imprensa carioca deu destaque, à época, à “peculiaridade” da figura “partidária” de Tamoyo dentro da equipe de Faria Lima: “Partidária, de modo peculiar, seria a figura do prefeito Marcos Tamoyo, um emedebista do tipo solitário, sem vinculações com as correntes tradicionais do partido majoritário.”<sup>47</sup>

Sustentado por uma conjugação favorável de fatores – o aval do influente chefe da Casa Civil, a boa passagem por setores políticos e empresariais da cidade, entre outros –, pôde Tamoyo evoluir em “um universo próprio, cada vez menos vinculado ao projeto da fusão”, como bem define Ronaldo Costa Couto.<sup>48</sup> Essa desvinculação do projeto da fusão se relacionaria, ainda segundo Ronaldo, ao uso político que Tamoyo costumava fazer – certamente correspondendo aos anseios de boa parte da população carioca – da idéia de que a cidade do Rio de Janeiro fora a grande vítima da fusão. Assim sendo, o prefeito carioca não só não teria movido uma palha no sentido de integrar os dois antigos estados, como teria reagido contra as iniciativas tendentes a buscar essa integração. Aí residiria o principal motivo de seu desentendimento com Jaime Lerner, que acabou sendo indicado para a presidência da Fundrem (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana), com a difícil incumbência de juntar em uma só unidade os 14 municípios da região metropolitana – o Rio de Janeiro e mais 13 –, especialmente no que dizia respeito a problemas urbanos, como transporte e ocupação do solo.

---

<sup>45</sup> Balthazar da Silveira citado em Motta e Sarmento (2000: 89-90).

<sup>46</sup> Ver *Erasmu Martins Pedro* (1998:129).

<sup>47</sup> Arenização inaceitável, *Jornal do Brasil*, 23/4/1975.

<sup>48</sup> Ronaldo Costa Couto citado em Motta e Sarmento (2001:120).

A grande desenvoltura de Lerner à frente da Fundrem – era chamado pela imprensa de “superprefeito”<sup>49</sup> – desagradou, ao mesmo tempo, ao prefeito carioca e ao governador, e ele foi demitido em maio, com pouco menos de dois meses de permanência no cargo. No entanto, mesmo após a saída de Lerner, Tamoyo manteve sua recusa de ser tratado como prefeito de “um município qualquer”, e não autorizou a presença de seu secretário de Planejamento nas reuniões da Fundrem.<sup>50</sup>

Apesar de desaprovar, e até mesmo rejeitar, uma das linhas-mestras do projeto da fusão, que consistia na anulação da singularidade da antiga Guanabara em prol de sua integração ao novo estado do Rio de Janeiro, Tamoyo não apenas se conservou no cargo de prefeito durante os quatro anos da administração Faria Lima, como foi um dos nomes mais cogitados para a sua sucessão. O que nos faz refletir sobre os limites e as possibilidades de um projeto como a fusão, cuja implementação teria que lidar com a identidade política de duas regiões forjada pela memória que cada uma delas construiu de seu próprio passado. De um lado, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país por mais de cem anos, há 15 ocupando um lugar singular na federação, o de *estado-capital*, e lutando para conservar o seu tradicional papel de “caixa de ressonância” do país; de outro, o antigo Estado do Rio, a “Velha Província”, dividido entre a atração pela “cidade maravilhosa” e o medo da suburbanização.<sup>51</sup>

Esse foi, justamente, um dos pontos destacados pelo governador, por ocasião do primeiro aniversário da fusão, como um dos principais problemas de seu governo: a dificuldade da antiga Guanabara em se integrar ao interior do estado, tendo em vista o forte componente nacionalizador da identidade política carioca, como fica claro na entrevista que concedeu ao *Jornal do Brasil*, publicada na edição de 14 de março de 1976, em suplemento especialmente dedicado ao primeiro ano da fusão: “A condição do Rio de ex-capital federal, fato que, unido à sua tradicional condição de pólo cultural e financeiro do país e,

---

<sup>49</sup> Ver *O Fluminense*, 14/4/1975.

<sup>50</sup> Ver depoimento do arquiteto Pedro Teixeira, secretário de Planejamento de Marcos Tamoyo, ao CPDOC-FGV (2000).

<sup>51</sup> Sobre os sentimentos contraditórios dos fluminenses em relação à fusão, ver os depoimentos dos deputados Gilberto Rodriguez em Motta e Sarmiento (2001:228) e Francisco Amaral em Ferreira, Rocha e Freire (2001: 266).

afinal, a seu papel na história do Brasil, tende a dar a seus habitantes visão antes nacional que regional.”<sup>52</sup>

### **Fusão: primeiro ano**

O ano de 1976 reservava, no entanto, outros desafios ao governador, além desse de tentar esvaziar o componente nacionalizador da identidade da cidade do Rio de Janeiro e de buscar sua integração regional. Um dos mais importantes era a mobilização política para as eleições municipais a serem realizadas no final do ano, e que iriam desempenhar, depois da péssima performance eleitoral do regime em 1974, um papel fundamental no ritmo e no rumo da distensão política.

Análises sobre o cenário político nacional consideram 1976 um ano-chave do governo Geisel, já que a aposta na realização das eleições municipais de novembro, associada ao desejo ferrenho de vencê-las, constituiu uma de suas principais metas. A preocupação com a vitória da Arena, o partido do governo, revelou-se já em fevereiro, quando, em discurso para 300 prefeitos mineiros, o ministro Armando Falcão pediu, em nome do presidente, o “máximo empenho” em busca dos votos que compensassem os resultados de 74.<sup>53</sup>

Se o compromisso com as eleições refletia a face institucionalizadora do governo, a necessidade imperiosa de vencê-las conduziu, no entanto, à adoção de uma legislação eleitoral restritiva. Sob a orientação do ministro da Justiça, foi elaborado o projeto de lei da reforma da propaganda eleitoral, restringindo o acesso dos candidatos aos meios de comunicação eletrônica. Aprovada em 25 de julho, a chamada Lei Falcão estipulava que as emissoras de rádio e de televisão reservariam, nos dois meses anteriores à realização dos pleitos, espaços na programação destinados à propaganda eleitoral, que deveria se reduzir à apresentação dos currículos e plataforma dos candidatos e, no caso da televisão, de seus retratos, sob a fiscalização direta e permanente da Justiça eleitoral.

O desejo de que a Arena derrotasse o MDB era ainda maior no novo estado do Rio de Janeiro, uma vez que aí a aposta política do regime havia sido elevada. Afinal de contas, não se pode esquecer que a fusão entre a Guanabara e o Estado do Rio fora realizada com

---

<sup>52</sup> Meta da fusão é melhorar a vida do povo, *Jornal do Brasil*, 14/3/1976 (Suplemento especial).

<sup>53</sup> Ver Motta (1996:105).

um debate público muito limitado pela censura, e sem consulta plebiscitária ao eleitorado dos estados. Um bom resultado eleitoral obtido um ano após a fusão – isso depois da derrota acachapante da Arena na Guanabara em 1974 – significaria, em boa medida, a legitimação de um ato que, embora aprovado pelo Congresso, não passara pelo crivo das populações envolvidas. Em outras palavras, uma boa votação da Arena poderia ser entendida como um aval popular para o principal projeto geopolítico do governo Geisel.

O indício mais claro do empenho governista em vencer as primeiras eleições a serem realizadas no novo estado do Rio de Janeiro foi o ingresso de Faria Lima na Arena em abril de 1976. Mas havia ainda outros fatores favoráveis. Podemos citar a Lei Falcão, que reduziu o espaço de crítica ao regime, muito bem ocupado pelos candidatos do MDB em 1974. Ou, ainda, a divisão do partido oposicionista entre chaguistas e amaralistas, e, sobretudo, o enfraquecimento da força do amaralismo no interior, em parte solapada pela Arena vitaminada graças ao apoio dos governos estadual e federal. É preciso lembrar, ademais, a tradicional força eleitoral do partido governista nos municípios do interior fluminense – nas últimas eleições municipais, em 1972, a Arena fizera 47 das 59 prefeituras em disputa e 558 dos 833 vereadores. Sabemos bem que o peso das questões paroquiais era – e é até hoje – decisivo nas eleições municipais, ainda mais que Faria Lima, em um comício em Trajano de Moraes, afirmou “ser mais fácil” realizar obras nos municípios em que os prefeitos pertenciam aos quadros da Arena: “Peço que continuem prestigiando a Revolução de 1964 e as obras que o presidente Geisel vem realizando”.<sup>54</sup>

Havia, no entanto, outros fatores que poderiam causar embaraços ao desempenho eleitoral dos candidatos da Arena. A começar pelos constrangimentos do governador em comandar as articulações políticas necessárias à composição de uma aliança de interesses, capaz de ser vitoriosa eleitoralmente em um estado onde a força do partido de oposição era particularmente expressiva.

Por outro lado, a consolidação da vitória da ala chaguista do MDB obtida ao longo de 1976,<sup>55</sup> que representou a rearticulação do partido em torno da figura de Chagas Freitas, se fez sentir no avanço eleitoral do MDB chaguista tanto sobre regiões do estado tradicionalmente dominadas por políticos amaralistas, quanto sobre antigos redutos

---

<sup>54</sup> Deputado fluminense acusa MDB de marxismo-leninismo na presença de Faria Lima, *Jornal do Brasil*, 7/11/1976.

arenistas. Esse sucesso pode ser atribuído a um conjunto de três fatores. Em primeiro lugar, os chaguistas puderam contar com a máquina política montada durante o governo na Guanabara, e que não fora desmontada pela administração Faria Lima. Dispuseram ainda do controle de poderosos meios de comunicação, como os jornais *O Dia* e *A Notícia*, que eram um importante instrumento eleitoral, não só pela penetração que tinham em vastas áreas populares, mas também porque se constituíam em pólo de agregação de políticos em torno da liderança de Chagas Freitas.<sup>56</sup> Finalmente, manobraram habilmente a proximidade de Amaral Peixoto com a ala mais à esquerda do MDB, no intuito de neutralizar qualquer possibilidade de entendimento com arenistas moderados interessados em compor uma frente anti-Chagas. Ao mesmo tempo, para evitar o isolamento no MDB nacional, que presidido por Ulysses Guimarães sempre apoiara Amaral na disputa fluminense, Chagas Freitas se aproximou ainda mais de Tancredo Neves, com quem mantinha antigas relações políticas e de amizade.<sup>57</sup>

Apesar de ter mantido no voto a maioria das prefeituras – 36 em 59 disputadas, já que cinco prefeituras, incluindo a capital e mais quatro “áreas de segurança nacional”, tiveram seus prefeitos indicados por Faria Lima –, a Arena viu minguar o total de 47 conquistado quatro anos antes, ao mesmo tempo em que o MDB quase que dobrava o número conquistado em 1972, já que de 12 pulou para 23 prefeituras, das quais, como diz Erasmo Martins Pedro, “a maioria era ligada a Chagas Freitas”.<sup>58</sup>

Na antiga Guanabara, como era de se esperar, a vitória dos candidatos do MDB na eleição para a Câmara de Vereadores do município do Rio de Janeiro foi arrasadora: contra os seis eleitos pela Arena, o partido de oposição elegeu 15 vereadores, dos quais 11 pertenciam à corrente chaguista. Se é correto atribuir o sucesso eleitoral ao controle exercido por Chagas Freitas sobre a política carioca, não se pode minimizar o sentimento de frustração do eleitorado da Guanabara expresso com todo o vigor nessa primeira eleição depois da fusão.

---

<sup>55</sup> Para mais detalhes, ver Ferreira (1999).

<sup>56</sup> Sobre a importância eleitoral dos jornais e a montagem da máquina chaguista na Guanabara, ver Motta (1999 a e 1999 b).

<sup>57</sup> Ver Ferreira (1999).

<sup>58</sup> Ver Erasmo Martins Pedro (1998:167).

Para muitos cariocas, a indicação de Faria Lima significara a perda da autonomia política do Rio de Janeiro, e mesmo uma volta à época em que a cidade era Distrito Federal, quando os prefeitos eram nomeados pelo presidente da República, e o eleitorado escolhia apenas a representação federal – senadores e deputados – e os vereadores da Câmara Municipal. Ao contrário da eleição direta de Carlos Lacerda em 1960 e de Negrão de Lima em 1965 e da indireta de Chagas Freitas em 1970, o governador do novo estado do Rio de Janeiro havia sido escolhido justamente porque não possuía vinculação com a política e os políticos de qualquer dos dois lados da baía da Guanabara.

Essa sentida perda poderia, no entanto, ser compensada pela perspectiva de fortes investimentos do governo federal no estado. É certo que a fusão, ao ter como meta estabelecer um novo equilíbrio socioeconômico na federação a partir da constituição de um forte pólo de desenvolvimento regional, demandaria recursos além daqueles produzidos pela Guanabara e o Estado do Rio juntos. Pode-se também acreditar que seria benéfica para a imagem do governo Geisel, que tomara a si o desafio de implementar a fusão, a transformação do estado do Rio de Janeiro em “vitrine” de um tipo bem-sucedido de administração pública, onde se teriam juntado, de maneira eficiente, o suporte generoso do governo federal com a gerência técnica e apolítica do Executivo estadual. Finalmente, havia ainda a esperança de que a firme presença federal, principalmente através dos laços de proximidade que uniam o presidente Geisel ao governador Faria Lima, fosse capaz de equilibrar o eixo da política estadual, marcada, como vimos, pela forte tendência oposicionista.

De fato, não faltaram investimentos federais no Rio de Janeiro, ainda mais que nesse estado se concentravam alguns dos setores econômicos mais privilegiados pelo II PND, como a indústria naval, a petrolífera, a siderúrgica, bem como se localizavam as principais empresas estatais do país, como a Petrobras, a Eletrobras e a Nuclebras, entre outras. Desse modo, se, do ponto de vista econômico, a fusão contribuiu para a consolidação do processo de autarquização econômica previsto pelo projeto “Brasil Grande”, o mesmo não aconteceu na área política, bem mais sensível às mudanças de ventos trazidos pela aceleração da abertura.

Seria, no entanto, nessa área instável que se desenrolaria o processo decisório da sucessão de Faria Lima. Nesse sentido, vale a pena citar o depoimento posterior de Ronaldo Costa Couto, o influente secretário de Planejamento, *doublé* de político e técnico:

Mas ninguém ligado ao governo da fusão tinha chance, pois havia algo maior em jogo naquele momento: a eleição do presidente da República pelo colégio eleitoral. Para mim, o que definiu a sucessão estadual foi a eleição do general Figueiredo: Chagas Freitas tinha votos de que ele precisava.<sup>59</sup>

### **Fusão: o desafio de uma nova conjuntura**

Apesar dessa avaliação de Ronaldo Costa Couto, aliás, bastante marcada pelo *a posteriori* característico dos depoimentos orais – “ninguém ligado ao governo da fusão tinha chance” –, o fato é que Marcos Tamoyo se sobressaiu como o nome “ligado à fusão” mais adequado ao novo ambiente político que se formaria a partir da sucessão de Geisel. Ao mesmo tempo em que contava com o indispensável “apoio” de Faria Lima<sup>60</sup> – Balthazar da Silveira o considera “nome de consenso” –,<sup>61</sup> o então prefeito da capital era uma figura “de partido”, afinada, portanto, com a anunciada volta de uma vida político-partidária mais intensa, a partir do surgimento de novas siglas e legendas para além do bipartidarismo estreito imposto pelo regime militar. Bem relacionado com importantes setores da vida econômica da cidade, como a construção civil, Tamoyo seria capaz de disputar espaços de poder na política carioca, não apenas por seu passado, mas por ter-se mantido, no presente, como um crítico da situação em que se encontrava o Rio de Janeiro, habilitando-se, desse modo, a angariar o apoio de amplas fatias da população que viam a cidade como “vítima” da junção com o Estado do Rio. Em suma, o prefeito tinha à sua disposição alguns instrumentos que poderiam favorecê-lo na tarefa de montar na capital, principal centro político-eleitoral do estado, uma base de articulação política capaz de concorrer com a máquina chaguista.

Menos do que apostar na eventualidade da ascensão rápida de Tamoyo, os estrategistas do Planalto preferiram não correr risco e botaram suas fichas em um nome confiável, o de Chagas Freitas. Confiável, porque tinha meios e instrumentos para atuar no

---

<sup>59</sup> Ronaldo Costa Couto citado em Motta e Sarmiento (2001:126).

<sup>60</sup> Faria Lima citado em Motta e Sarmiento (2001:53).

<sup>61</sup> Balthazar da Silveira citado em Motta e Sarmiento (2001:102).

novo cenário político pós-abertura; confiável, porque havia conseguido se impor como principal chefe político do estado; confiável, enfim, porque dispunha de um bom número de votos no colégio eleitoral que iria eleger o presidente Figueiredo, como enfatiza Ronaldo Costa Couto.

De nada valeram as manobras de Faria Lima, que incluíram longas conversas do secretário do Governo com Amaral Peixoto, para garantir a sua sucessão. O ponto-chave, sempre reiterado pelo experiente senador nessas conversas, era: “Vocês têm luz verde do Planalto para tratar desse assunto?” Não tinham. O depoimento do comandante Balthazar da Silveira é esclarecedor:

Isso aconteceu por volta de junho ou julho de 1978, às vésperas da inauguração do conjunto habitacional Fazenda Botafogo, em Acari. O general Figueiredo já estava indicado para substituir o general Geisel, e o Faria resolveu convidá-lo para a inauguração (...). Como de costume, eu estava no fundo do palanque e perguntei ao Alair Ferreira e ao deputado Josias D’Ávila o que estava acontecendo. O Josias disse: “O Golbery mandou que fôssemos aguardar o Figueiredo no aeroporto. Ao chegar, o Figueiredo disse que ele próprio estava assumindo o comando da Arena no estado do Rio de Janeiro e que o novo governador ia ser o Chagas Freitas”. Fiquei pasmo.<sup>62</sup>

Rompido com a Arena, a quem acusou de deixar de fora da chapa de candidatos à eleição de 1978 os nomes por ele indicados,<sup>63</sup> e sem a “intervenção revolucionária” que poderia garantir um desfecho favorável à sua sucessão, Faria Lima acabou tendo que entregar o comando estadual para Chagas Freitas. Como bem sintetiza o então deputado Célio Borja, “ficamos a ver navios, Amaral Peixoto, o governador Faria Lima e eu”.<sup>64</sup>

Existe uma corrente interpretativa que enfatiza especialmente o peso da intervenção federal na política do Rio de Janeiro, em função do papel único que a cidade, na qualidade de capital federal, ocupou na federação. Essa excessiva intervenção do governo central teria abafado a política local e impedido que os políticos cariocas, ao contrário de paulistas e mineiros, tivessem podido se organizar de forma autônoma em favor de seus interesses regionais e locais. Para o bem e para o mal, a lógica da política do Rio de Janeiro estaria submetida, em última instância, à política nacional.<sup>65</sup> Dentro dessa lógica, a indicação de

---

<sup>62</sup> Balthazar da Silveira citado em Motta e Sarmento (2001:101).

<sup>63</sup> Faria Lima rompe com Arena pois candidatos são todos desconhecidos, *Jornal do Brasil*, 15/6/1978.

<sup>64</sup> Ver *Célio Borja* (1999: 244).

<sup>65</sup> Um bom exemplo dessa corrente é o trabalho de Carvalho (1987).

Chagas Freitas para a sucessão de Faria Lima fora feita no gabinete da Casa Civil da presidência da República, e ponto final.

Embora não haja dúvida sobre o peso e a importância do governo federal como um dos mais importantes elementos do campo político do estado do Rio de Janeiro, é preciso que se leve em conta igualmente a nova dinâmica interna da política fluminense a partir da fusão, especialmente as formas através das quais as forças políticas locais formularam suas estratégias de competição e, em muitos casos, de sobrevivência. Foi com um olho na política nacional e outro na política local, que o experiente jornalista Carlos Castello Branco, em artigo já citado, previa logo no segundo mês do governo Faria Lima:

A Arena, rejeitada, vai sofrendo suas angústias próprias, e seu eleitorado, que vem minguando, tende a desaparecer, pelo menos no território da antiga Guanabara (...). O sucessor de Faria Lima, salvo a hipótese de uma intervenção revolucionária no desfecho da sua administração, será um político do MDB.<sup>66</sup>

O quarto aniversário da fusão, em março de 1979, teve um caráter todo especial, uma vez que marcou a saída de Faria Lima, o responsável pela implantação do projeto.<sup>67</sup> Intitulado de “Fusão cumprida”, o editorial do *Jornal do Brasil* do dia 15 elogiava tanto o desempenho administrativo do governador, quanto o desenvolvimento econômico do estado alcançado durante a sua gestão:

Durante gestão que agora chega ao fim, o processo da fusão tornou-se uma realidade palpável, traduzida no pleno aproveitamento das possibilidades implícitas na nova unidade da federação: uma taxa média de crescimento real da economia do estado de 7,8% ao ano, quando no mesmo período a economia brasileira crescia à média de 6,4% (...). Esse bom desempenho deve ser atribuído também aos investimentos substanciais realizados pelo governo federal no novo estado (...), a fusão está consolidada mas não está concluída.

Apesar da avaliação favorável sobre os resultados econômicos e administrativos do primeiro governo da fusão, um alerta ficava no ar: a fusão estava consolidada, mas não concluída. Os novos governantes recém-empossados a nível federal e estadual – o presidente Figueiredo e o governador Chagas Freitas – tinham outros compromissos e

---

<sup>66</sup> Castello Branco, Capacidade de engolir sapos, *Jornal do Brasil*, 22/4/1975.

<sup>67</sup> A maneira como foram “comemorados” os aniversários da fusão a partir da saída de Faria Lima foi por mim analisada no trabalho *Fusão ou des fusão: eis a questão*, apresentado no seminário *Estado do Rio de Janeiro, 25 anos de fusão: novo quadro político e perspectivas de desenvolvimento*, já citado.

outros projetos que nem sempre se afinavam com aqueles que haviam determinado a implementação da fusão. Daí, inclusive, o sinal verde que Israel Klabin, nome indicado por Chagas Freitas para substituir Marcos Tamoyo na prefeitura do Rio de Janeiro, teria recebido para sua proposta de fazer a “desfusão”:

Quando ele [Chagas Freitas] me convidou para ser prefeito, respondi: “Não posso aceitar, porque estou convencido de que a única forma possível de restabelecer a identidade do Rio de Janeiro consigo próprio, seu passado e sua população é a desfusão (...). No encontro [com Figueiredo] em Brasília, eu lhe disse: “(...) acho que o estado da Guanabara é a solução correta”. Ele respondeu: “Aceite e leve adiante seu projeto”.<sup>68</sup>

O futuro da fusão estaria entregue, a partir de então, a Chagas Freitas, um político que não encarava esse projeto como uma “missão” a ser cumprida. Ao contrário. Ela tinha sido uma pedra no caminho da sua sucessão na Guanabara em 1974. E, embora tivesse sido obrigado a conhecer o caminho das pedras da política do antigo Estado do Rio para chegar aonde chegou, a verdade é que preferiu manter os mesmos métodos e as mesmas estratégias que haviam funcionado bem na cidade do Rio de Janeiro.<sup>69</sup>

Passado o período em que se desenvolvera dentro de uma “bolha”, em condições favoráveis de pressão e temperatura, como reagiria a fusão submetida ao sereno e à chuva, representados por uma acirrada disputa por escassos recursos federais e por uma competição política feroz tendo em vista o processo eleitoral de 1982?

### **A fusão em julgamento**

O quinto aniversário, em março de 1980, corroborou as expectativas de uma certa interrupção na trajetória da fusão. Intitulado “Condições esquecidas”, o editorial publicado no *Jornal do Brasil* do dia 3, ao mesmo tempo em que apontava o “caráter autoritário” que havia marcado o processo de criação e de implementação da fusão, denunciava que o governo federal estava “em débito” com o estado do Rio de Janeiro:

Entre as condições tidas como imprescindíveis pelos próprios formuladores da fusão dos estados da Guanabara e do Rio, listavam-se a garantia de receita do novo estado por um prazo mínimo de dez anos. Sucede que, com a mesma rapidez e discrição com que foram elaborados os atos da

<sup>68</sup> Israel Klabin citado em Motta e Sarmiento (2001:192-3).

<sup>69</sup> Freire (1999).

fusão, essas pré-condições foram apagadas das memórias daqueles que, no Palácio do Planalto, comandavam o espetáculo, não dando sequer possibilidade de participação nesta decisão aos habitantes dos dois estados. As autoridades federais estão em débito com o Rio de Janeiro.

O editorial publicado no *Jornal do Brasil* do dia 20 do mesmo mês, sugestivamente intitulado “Fusão e preconceito”, foi ainda mais incisivo:

Na prática, estamos vendo a lâmina dos cortes descer sobre o presente de um estado que a fusão obriga a viver de um futuro cada vez mais distante pela prevalência de preconceitos políticos incompatíveis com a própria abertura do regime.

Um ano depois do fim do primeiro governo da fusão começou a tomar forma um corpo explicativo sobre as “dificuldades” então vividas pelo novo estado, as quais pareciam ilustrar o desencanto diante da derrota dos desafios que a “missão” comandada por Faria Lima prometera vencer. Alimentadas por argumentos ligados a uma certa memória construída ao longo do tempo sobre as relações entre o governo federal e o Rio de Janeiro, essas explicações enfatizavam sobretudo o fato de a cidade ter que pagar um alto preço por sua postura freqüentemente “oposicionista”. “Abandonado” por se tratar de um “reduito adversário”, o Rio, mais uma vez, estaria sofrendo o “preconceito” das autoridades federais, que teriam preferido investir em outros estados mais “governistas”.

Ao lado dessas explicações, até hoje enraizadas na memória política carioca, tinha-se, no início dos anos 80, uma conjuntura de dificuldades econômicas e de mudanças políticas que necessariamente teriam que causar impacto sobre a fusão tal como fora concebida por Geisel e implementada por Faria Lima. Por um lado, a grave crise econômica vivida pelo país, em parte resultante da segunda crise do petróleo, impedia a continuação do projeto “Brasil Grande” lançado em meados da década anterior. Apesar de o presidente Figueiredo ter substituído no comando da economia o “recessionista” Mário Henrique Simonsen pelo “expansionista” Delfim Neto, esse fato, por si só, não bastou para estancar a grave crise de investimentos que iria marcar esse período, conhecido como a “década perdida”. Os recursos federais que faltavam ao Rio de Janeiro faltavam – em doses desiguais, é certo – aos outros estados.

Por outro lado, havia a nova realidade política marcada pelo processo de reforma partidária e de reorganização do quadro político fluminense, tendo em vista, entre outros, o processo eleitoral de 1982, que incluiria a volta da eleição direta para o governo do estado. Lideranças tradicionais como Amaral Peixoto e Chagas Freitas buscavam criar um ambiente político favorável ao sucesso de seus herdeiros, Moreira Franco e Miro Teixeira, respectivamente. Candidatos de siglas mais à esquerda, até então alijados da competição eleitoral, passaram a disputar espaços no campo concorrencial da política fluminense: o caso mais evidente é o de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Um bom teste para se avaliar como andava a fusão seria a comemoração, em 1985, de seu décimo aniversário. Sem fugir dos costumeiros balanços realizados por ocasião de aniversários de datas cheias, essa comemoração acabou sendo “pelo avesso”, uma vez que, pela primeira vez, se anunciava com todas as letras a possibilidade da desfusão.

Não foi outro o tema da matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 17 de março, sugestivamente intitulada “Firjan conclui estudo sobre fusão preocupada com a desfusão”. Segundo Arthur João Donato, presidente da entidade, a partir do “forte apoio financeiro do governo federal” ao governo Faria Lima, o estado do Rio de Janeiro havia apresentado, nos seus quatro primeiros anos de vida, “índices de desenvolvimento encorajadores”: a média anual de crescimento real do estado no período 1974-78 fora de 7,8%, enquanto a renda interna havia apresentado em 1978 um crescimento de 35% em relação a 74. Apesar de creditar, em boa medida, o decréscimo das inversões federais no estado – fundamentais para a sobrevivência do projeto da fusão – à crise econômica que afetava o país, Donato acabou por conferir um peso maior aos fatores de ordem política: “Entre 1978 e 1982 o estado consegue manter-se, mas o projeto da fusão, que implicava em participação federal, acabou desacelerando ao ponto morto com a entrada do governador Brizola.” Depois de pedir “uma volta às origens do projeto da fusão”, concluía que o novo estado ainda não estava “consolidado”: “Se estamos buscando a normalidade democrática, precisamos debater a idéia da desfusão.”

Se aqui também estamos diante de argumentos que parecem enfrentar o desgaste do tempo – a falta de recursos federais, a perseguição política ao “estado oposicionista” –, é certo que elementos da nova conjuntura pesaram nesse debate sobre a desfusão. Por um lado, 1985 marcou o fim do regime militar, com a vitória da dupla Tancredo Neves e José

Sarney, associado à perspectiva da convocação da Constituinte, e, portanto, de serem desmontados os atos impostos de maneira autoritária: se houvesse suficiente entendimento político, a nova Constituição, que necessariamente discutiria a organização federativa, poderia desfazer a fusão e permitir a volta da Guanabara e do Estado do Rio, o que, sabemos, acabou não ocorrendo.

Nesse novo quadro político-institucional, havia ainda a perspectiva, afinal concretizada em novembro, da volta da eleição direta para prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto na ex-Guanabara era forte a corrente política ligada ao brizolismo – Saturnino Braga, do PDT, acabou se elegendo prefeito do Rio –, no antigo Estado do Rio, Moreira Franco, candidato derrotado por Brizola em 1982, consolidava sua força política, por meio tanto da herança de Amaral Peixoto, quanto da capilaridade que o PMDB possuía nessa região. Depois de dez anos de casamento, a desfusão poderia separar o que a fusão havia tentado unir: a capital e a província.

O certo é que a desfusão, a partir de então, passaria a ocupar no debate político carioca e fluminense o papel anteriormente ocupado pela fusão: uma alternativa capaz de desatar certos nós e de solucionar, como num passe de mágica, dificuldades econômicas e impasses políticos. Um desses seria a questão não resolvida das identidades políticas conflitantes. Enquanto a Guanabara aparece na memória política carioca como uma “idade de ouro” – daí, inclusive, a recuperação de Carlos Lacerda, primeiro governador do antigo estado, como patrono das três últimas eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro –, os municípios do Norte fluminense, enriquecidos com o petróleo, defendem a volta do antigo Estado do Rio para não ter que repartir benefícios.

Esse diagnóstico de que não se teria forjado uma identidade comum entre o estado e a cidade foi reiterado por César Maia, em seu primeiro mandato como prefeito do Rio de Janeiro, por ocasião do balanço dos 20 anos da fusão (1995): “A integração pretendida falhou, quando se olha para o interior. Ele continua desintegrado da capital, pensando diferente e votando diferente.”<sup>70</sup> Foi o mesmo César Maia quem, recém-empossado para um segundo período à frente da prefeitura carioca, afirmou enfaticamente não pensar em concorrer ao governo estadual em 2002, porque, “na prática, o prefeito do Rio é o

---

<sup>70</sup> Movimento pela desfusão ganha mais força, *Jornal do Brasil*, 5/3/1995.

governador do estado da Guanabara. Não quero ser governador do Estado do Rio, porque já governo a Guanabara, e não se anda para trás.”

Reforçando essa “falta de identidade comum”, existe ainda a questão sempre polêmica da distribuição das receitas tributárias, que coloca ainda mais água no moinho daqueles que entendem que, “com a des fusão, a Guanabara voltaria a arrecadar tributos estaduais e municipais, e o Estado do Rio teria amplas perspectivas econômicas, como as decorrentes da exploração do petróleo.”<sup>71</sup> Essa, aliás, seria a principal mola detonadora de uma demanda pela des fusão que tomou de assalto as páginas dos jornais cariocas na virada de 1996 para 1997. A votação de uma nova lei regulamentando a distribuição do ICMS pelos municípios, que teria prejudicado a arrecadação do Rio de Janeiro em cerca de 70 milhões de reais, trouxe a fusão para o banco dos réus. Pesquisas de opinião, editoriais, declarações de políticos e economistas, e até um inusitado pedido do prefeito Conde para que o Rio se tornasse um “ente federativo” especial, ocuparam a imprensa naquele momento.<sup>72</sup>

Essa falta de integração, somada à permanência das históricas diferenças entre as identidades políticas carioca e fluminense, constantemente reiteradas tanto nos discursos de políticos quanto na percepção popular,<sup>73</sup> são um indício seguro de que o primeiro desafio da fusão foi perdido. Mas não foi o único, já que, ao contrário da prometida transformação do Rio de Janeiro em um pólo econômico capaz de rivalizar com São Paulo na disputa pela hegemonia nacional, o que lhe restou foi concorrer com Minas Gerais pelo lugar de “segundo estado” mais desenvolvido da federação.

Muito atrelada à conjuntura de origem – concebida no laboratório político do governo Geisel e implementada como uma missão pelo almirante Faria Lima –, a fusão veio a perder aquele que seria o seu principal desafio, ou seja, a capacidade de enfrentar as novas condições políticas e econômicas que vigoraram no estado e no país a partir da década de 80. Por isso mesmo, acabou virando o “bode expiatório” dos fracassos atribuídos

---

<sup>71</sup> Idem, ib.

<sup>72</sup> Ver, entre outros, Mágoa eleitoral, *Jornal do Brasil*, 21/12/1996; O outro caminho, *Jornal do Brasil*, 28/12/1996; Um novo tema: a des fusão, *O Globo*, 9/1/1997; Projeto ficou no meio do caminho e Carioca e fluminense criticam a fusão, *Jornal do Brasil*, 12/1/1997; Rio pede tratamento VIP a Brasília, *Jornal do Brasil*, 23/1/1997; Norte fluminense quer volta ao passado, *Jornal do Brasil*, 16/2/1997.

<sup>73</sup> Ferreira (2000).

aos governadores fluminenses, até hoje marcados pela maldição de não conseguirem fazer seus sucessores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### **Depoimentos ao Programa de História Oral do CPDOC**

#### *Publicados*

*Célio Borja*. 1999. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas (Conversando sobre Política.)

*Crônica política do Rio de Janeiro*. 1998. Coordenação de Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas

*Erasmio Martins Pedro*. 1998. Coordenação de Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas (Conversando sobre Política.)

*Paulo Duque*. 1998. Coordenação de Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas (Conversando sobre Política.)

#### *Não-publicados*

Pedro Teixeira (depoimento). 2000. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.

### **Obras gerais**

AGULHON, Maurice. 1992. Le centre et la périphérie. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. 1: Les France. Paris, Gallimard.

ARGAN, Giulio. *L'Europe des capitales*. 1964. Genebra, Albert Skira.

BERMAN, Marshall. 1986. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

BERSTEIN, Serge. 1997. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (dirs.). *Pour une histoire culturelle*. Paris, Seuil.

\_\_\_\_\_. 1999. Nature et fonction das cultures politiques. In: BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris, Seuil.

BOURDIEU, Pierre. 1990. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

BRASILEIRO, Ana Maria. 1979. *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília, Ipea/Iplan.

- CAMARGO, Aspásia, HIPOLITO, Lucia, D'ARAÚJO, Maria Celina Soares e FLAKSMAN, Dora Rocha. 1986. *As artes da política. Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CARNEIRO, Dionísio Dias. 1989. Crise e esperança. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus.
- CORBIN, Alain. 1992. Paris-province. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. 1: Les France. Paris, Gallimard.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.). 1997. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- EVANGELISTA, Hélio de Araújo. 1998. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA. 1969. *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, CIRJ/Fiega.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. 1999. A fusão: chaguismo x amaralismo. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. 2000. Memória política e história do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. & GRZYNSZPAN, Mário. 2000. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_, ROCHA, Dora & FREIRE, Américo. 2001. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora Ltda.
- HOLSTON, James. 1993. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOPES, Luiz Carlos. 1992. *Projeto Brasília: modernidade e história*. São Paulo, USP (tese doutorado- mimeo).
- MOTTA, Marly Silva da. 1996. *Teotônio Vilela*. Brasília, Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. 1997 a. *O Rio de Janeiro continua sendo: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Niterói, UFF (tese de doutorado - mimeo).
- \_\_\_\_\_. 1997 b. Que será do Rio? - refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Rio de Janeiro, 2 (4).
- \_\_\_\_\_. 1999 a. Rumo ao Palácio da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MOTTA, Marly Silva da. 1999 b. O governador da Guanabara. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

- \_\_\_\_\_. 2000 a. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. 2000 b. Mania de estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara. *História Oral*. São Paulo, (3).
- \_\_\_\_\_. 2000 c. Guanabara, o estado-capital. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_ & SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). 2001. *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- NEVES, Margarida de Sousa. 1991. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. 1999. O deputado federal. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- VESENTINI, José William. 1986. *A capital da geopolítica*. São Paulo, Ática.